



EQUIPA PROTOCOLO
RSI

**UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA
SOBRE O DESEMPREGO**

OUTUBRO 2012

FICHA TÉCNICA

Título: Uma análise sociológica sobre o Desemprego

Autor: Equipa de Protocolo RSI Cáritas Diocesana de Coimbra

Edição de texto: Ana Leonor Duarte (Socióloga)

Edição gráfica: Sara Monteiro (Designer Gráfica)

Aprovação: Pe. Luís Costa

Local da edição: Coimbra

Data da edição: Outubro 2012

Tiragem: publicação digital

Impressão: _____

Data de Impressão: _____



Uma análise sociológica sobre o Desemprego

“Podemos estabelecer um paralelo entre os conceitos de exclusão social, pobreza e desemprego. O desemprego de longa - duração, realidade perentória em muitos países da Europa, pode causar graves problemas tanto ao nível da subsistência dos indivíduos como ao nível do seu estatuto e laços sociais. No entanto, a ausência de desemprego não significa a ausência de pobreza ou de exclusão social. De facto, e como paradigma das práticas do novo capitalismo, podemos constatar que a realidade do mercado de trabalho cada vez mais aponta para a precariedade e para a usurpação dos espaços de socialização por excelência que eram os espaços de trabalho. Principalmente devido a esta última realidade, não podemos considerar o consentimento de rendimento de desemprego ou o desenvolvimento económico como soluções exclusivas destes problemas. É necessário tomar medidas para combater esta situação muitas vezes invisível, de maneira a que se consiga fortalecer novamente os laços sociais e se consiga reforçar a coesão da sociedade. Mas, sobretudo, é necessário que as medidas de fomentação económica não se distanciem do seu propósito social, senão o flagelo da pobreza e da exclusão social persistirão.” (Peixoto, Paulo <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009022.pdf>, 2009).

Nas sociedades modernas, ter emprego é importante para manter o amor-próprio. A experiência do desemprego só pode ser devidamente entendida em termos daquilo que o trabalho proporciona. (...)

- 1. Dinheiro. Um salário ou remuneração é a principal fonte de rendimento de que depende a maioria das pessoas para fazer face às suas necessidades. Sem essa receita, tendem a multiplicar-se as ansiedades acerca da forma como se vai viver o dia-a-dia.*
- 2. Nível de atividade. O emprego proporciona frequentemente uma base para a aquisição e treino de aptidões e capacidades. (...) Sem emprego, a oportunidade para exercitar essas aptidões e capacidades pode ser reduzida.*
- 3. Variedade. O emprego favorece o acesso a contextos que contrastam com o ambiente doméstico. (...) O desemprego reduz esta fonte de contraste com a atmosfera caseira.*
- 4. Estrutura temporal. Para as pessoas com empregos regulares, o dia organiza-se normalmente em volta do ritmo de trabalho. Os desempregados têm, frequentemente, problemas com tédio e desenvolvem um sentido de apatia em relação ao tempo*
- 5. Contactos sociais. O ambiente de trabalho proporciona amizades e oportunidades para participar em atividades com outros. O círculo de amizades e conhecimentos de uma pessoa tem tendência para diminuir, quando ela se afasta do mundo do trabalho.*
- 6. Identidade pessoal. O emprego é valorizado usualmente, por causa do sentido de identidade social e estável que proporciona. (Giddens, Anthony: Sociologia; 1997)*



Tendo como principal objetivo a autonomização das famílias e face à atual conjuntura económica e social, a Equipa de Protocolo RSI da Cáritas caracterizou os beneficiários para observar como estes se posicionam face ao mercado de trabalho, uma vez que consideramos que cada vez mais, este será um fator determinante para a taxa de sucesso do trabalho realizado pela Equipa. Para isso, depois de feita a atualização da base de dados, já construída para o relatório último, foram (re)caracterizadas variáveis como as habilitações literárias, a idade, e o tipo de encaminhamento aquando da data de contratualização do acordo de inserção.

Quando refletimos sobre o tipo de fatores que podem ter um peso fundamental aquando da inserção profissional de beneficiários consideramos, desde logo, as qualificações académicas dos mesmos. Assim, verificando a tabela de frequências relativa às habilitações literárias dos titulares fica reforçada a ideia que no total do universo dos beneficiários considerados, a maior fasquia mantém-se no 1º e 2º ciclo, mas considera-se também relevante os que detêm as mais altas qualificações (12ºano, licenciatura e bacharelato), totalizando 34 indivíduos.

Habilitações Literárias

	N	%
Analfabeto	21	8,6
Sabe ler e escrever	13	5,3
1º ciclo	54	22,2
2º ciclo	67	27,6
3º ciclo	54	22,2
12º ano	24	9,9
Bacharelato	1	0,4
Licenciatura	8	3,3
Mestrado	1	0,4
Total	243	100

Supostamente, estes seriam os que estariam mais bem dotados para concorrer na disputa ao emprego. E, na realidade, é este tipo de beneficiário que, neste momento, ocorre aos serviços para requerer uma prestação social que lhe assegure as necessidades básicas.



Situação face ao Emprego* Habilitação académicas

Situação face ao Emprego	Habilitações académicas									Total
	12º ano	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Analf.	Bacha.	Lic.	Mest.	Sabe ler e escrever	
Coleta	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Contrato a termo	2	1	1	1	0	0	0	0	0	5
Contrato sem termo	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Desempregado	12	28	37	39	2	1	6	1	2	128
Não aplicável	10	21	27	14	19	0	2	0	11	104
Precário	0	1	2	0	0	0	0	0	0	3
Total	24	54	67	54	21	1	8	1	13	243

Mas, ao observar como se cruzam os dados entre a situação face ao emprego vs. habilitações académicas, damos conta que os dados traduzem a refutação da hipótese que os indivíduos com habilitações académicas mais elevadas seriam os indivíduos mais bem colocados face ao mercado de trabalho. Percebemos que todos aqueles que detêm uma licenciatura, mestrado e bacharelato se encontram desempregados. Da mesma forma, apenas 2 indivíduos que possuem 12º ano, estão integrados profissionalmente. É importante salientar ainda que recai no item Não aplicável, um considerável número de beneficiários. Considerou-se aqui todos aqueles que estariam de alguma forma incapazes face ao mercado de trabalho por dispensa de inserção, saúde, analfabetismo ou até com o 1º ciclo, uma vez que deverão ser estes encaminhados para as respetivas áreas de inserção.



Faixas etárias* Habilitações académica

Faixas etárias	Habilitações académicas									Total
	12º ano	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Analfa.	Bacha.	Lic.	Mestr	Sabe ler e escrever	
18-20 anos	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
21-25 anos	1	2	5	5	1	0	0	0	1	15
26-30 anos	3	4	12	6	5	0	1	0	0	31
31-35 anos	3	20	8	8	5	1	1	0	0	46
36-40 anos	4	7	11	8	3	0	2	0	2	37
41-45 anos	5	6	7	4	4	0	2	1	4	33
46-50 anos	5	6	10	8	3	0	2	0	4	38
51-55 anos	1	5	10	6	0	0	0	0	2	24
56-60 anos	1	4	2	5	0	0	0	0	0	12
61-65 anos	1	0	2	2	0	0	0	0	0	5
Total	24	54	67	54	21	1	8	1	13	243

Da mesma forma, observando o cruzamento dos dados (faixas etárias vs. habilitações académicas), a ideia que sobressai é que é nas idades entre os 36 e os 50 anos que se concentram os indivíduos com qualificações mais elevadas. Consequentemente, o acesso ao mercado de trabalho fica mais condicionado, sabendo de antemão que muitos dos mais novos estão inseridos em contextos profissionais precários, como estágios profissionais ou com baixíssimas remunerações.

Relativamente aos que já estão efetivamente inseridos, a tabela de frequências seguinte mostra os dados de falta de resposta por parte dos serviços à situação específica das famílias e à sua consequente autonomização.



Área de Inserção* Habilitações académicas

Ária de inserção	Habilitações académicas									Total
	12º ano	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Analf.	Bacha.	Lic.	Mestr.	Sabe ler e escrever	
Alfabetização	0	0	1	0	1	0	0	0	2	4
Desenvolvimento de competências	0	3	0	0	4	0	0	0	1	8
Dispensa de inserção	0	2	2	0	1	0	0	0	0	5
Educação	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
EFA	0	2	3	5	0	0	0	0	0	10
Emprego	2	4	2	3	0	0	0	0	0	11
Emprego, Saúde	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Formação Profissional	1	0	0	1	0	0	1	0	0	3
Não aplicável	12	38	48	34	14	1	6	1	9	163
RVCC	0	0	3	4	0	0	0	0	0	7
Saúde	2	4	7	2	1	0	1	0	1	18
Trabalho socialmente necessário	4	0	1	5	0	0	0	0	0	10
Total	24	54	67	54	21	1	8	1	13	243

Verifica-se que metade dos titulares com 12º ano, não estão sequer inseridos em nenhuma das áreas de inserção possíveis e 4 do total de 24 frequentam o projeto “Pró- Inclusão” promovido pela Equipa, no âmbito do desenvolvimento do trabalho socialmente necessário. Da mesma forma, temos quase 100% dos licenciados fora de qualquer integração em alguma área de inserção. Apenas 11 dos titulares estão integrados profissionalmente.



Incapacidade para o trabalho* Habilitações académicas

Incapacidade para o trabalho	Habilitações académicas									Total
	12º ano	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Analf.	Bacha.	Lic.	Mest.	Sabe ler e escrever	
Não	19	41	55	49	11	1	7	1	8	192
Não aplicável	2	1	4	2	8	0	0	0	3	20
Sim	3	12	8	3	2	0	1	0	2	31
Total	24	54	67	54	21	1	8	1	13	243

Poder-se-ia pensar que muitos dos titulares estariam excluídos por questões de saúde, mas ao analisar a tabela que cruza os dados entre Incapacidade para o trabalho vs. habilitações académicas, conclui-se que, para a maioria não existe qualquer impedimento para o desempenho de funções e que as pessoas que realmente o apresentam são um número relativamente baixo. Mais uma vez fica claro que, na atual conjuntura do país o acesso ao mercado de trabalho fica condicionado e há que criar alternativas ao mesmo, refletindo novas estratégias de atuação da Equipa.

Relativamente aos dados dos maiores de 18 anos que fazem parte do agregado dos titulares, analisaremos as mesmas variáveis, no sentido de podermos ter conclusões fidedignas sobre a efetiva integração de beneficiários.

Importa, antes de mais, saber qual o grau de parentesco que estabelece com o titular da prestação e de seguida saber onde estão inseridos.

Parentesco Face ao titular

	N	%
Companheiro/ Companheira	72	37,3
Cônjuge	41	21,2
Cunhado/ Cunhada	3	1,6
Enteado/ Enteada	4	2,1
Filho/Filha	58	30,1
Irmão/Irmã	6	3,1
Mãe/Pai	6	3,1
Nora/genro	1	0,5
Sobrinho/ Sobrinha	2	1
Total	193	100

A primeira grande reflexão recai sobre o número de famílias que se caracterizam como nucleares com filhos que atingem os 46,5%, (no total da amostra de 243 processos acompanhados, 113 são famílias nucleares). Este número crescente desta tipologia de família reflete o estado atual da situação socio económica do país, ou seja, famílias com filhos a cargo que de alguma forma se veem no limiar da pobreza relativa.

Situação face ao emprego

	N	%
Contrato a termo	6	3,1
Contrato sem termo	4	2,1
Desempregado	73	37,8
Não	21	10,9
Não aplicável	83	43
Precário	4	2,1
Recibo verde	2	1
Total	193	100

Considerando o número de desempregados apresentados na tabela, fica claro que esta problemática surge como primordial para a caracterização destas famílias. O item “Não” corresponde àqueles que não detêm habilitações académicas ou possuem o 1º ciclo e por isso são encaminhados para RVCC ou alfabetização e não poderão ser considerados como desempregados. Relativamente ao item “Não aplicável”, incluem-se todos os maiores de 18 anos que estão dispensados de inserção, encaminhados para a saúde ou ainda estão a dar continuidade aos estudos.



Quanto às habilitações académicas, são apresentados os números relativos à distribuição dos 193 indivíduos considerados nesta amostra.

Parentesco face ao titular	Habilitações académicas								Total
	12º ano	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Analf.	Bacha.	Lic.	Sabe ler e escrever	
Companheiro / Companheira	4	14	16	14	16	0	0	8	72
Cônjuge	1	17	9	10	1	0	2	1	41
Cunhado/ Cunhada	0	0	2	0	0	0	0	1	3
Enteado/Enteada	0	1	1	1	0	0	1	0	4
Filho/Filha	23	6	9	13	1	0	3	3	58
Irmão/Irmã	0	1	2	0	1	1	0	1	6
Mãe/Pai	0	3	1	0	1	0	0	1	6
Nora/genro	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Sobrinho/ Sobrinha	1	0	0	1	0	0	0	0	2
Total	29	42	40	39	20	1	6	16	193

Os resultados mostram que a maioria dos filhos dos beneficiários titulares já completaram o 12º ano, mas os dados mais importantes são revelados na totalidade dos companheiros/cônjuges, que na sua maioria têm habilitações ao nível do 1º e 2º ciclo. O analfabetismo é ainda muito marcado neste tipo de população.



Área de inserção - Maioridade de 18 anos

	N	%
Alfabetização	8	4,1
CEI+	1	0,5
Desenvolvimento de competências	2	1
Dispensa de inserção	7	3,6
Educação	26	13,5
EFA	4	2,1
Emprego	15	7,8
Formação Profissional	1	0,5
Não aplicável	113	58,5
RVCC	1	0,5
Saúde	15	7,8
Total	193	100

Relativamente aos beneficiários inseridos, num total de 193 indivíduos, cerca de 60% não se encontram inseridos, o que revela uma situação preocupante quando a Equipa está empenhada na autonomização destas famílias. Esta percentagem corresponde ao total de encaminhamentos. A área da Educação tem a segunda maior percentagem e situa-se nos 13,5%. Este dado revela que alguns estão a prosseguir os estudos. Finalmente, 7,8% estão inseridos profissionalmente, percentagem baixa quando os rendimentos ditam a atribuição ou não da prestação.

Finalmente iremos analisar a variável *Tipo de encaminhamento*, que revela as principais áreas para as quais foram feitos encaminhamentos da Equipa. Importa salientar que o item “Não aplicável” (84) nesta tabela, corresponde, então, ao número de beneficiários efetivamente inseridos.



Tipo de encaminhamento - Titulares

	N	%
Ação social	3	1,2
Educação	15	6,2
Educação, Emprego	2	0,8
Educação, Formação	1	0,4
Emprego	88	36,2
Emprego, Ação social	1	0,4
Emprego, Formação	22	9,1
Formação	2	0,8
Não aplicável	89	36,6
Saúde	8	3,3
Saúde, Ação social	3	1,2
Saúde, Emprego	6	2,5
Saúde, Formação	1	0,4
Saúde, Habitação, Ação social	1	0,4
Saúde, Habitação, Formação	1	0,4
Total	243	100

Tipo de encaminhamento - Maiores de 18 anos

	N	%
Ação social	3	1,6
Educação	13	6,7
Emprego	55	28,5
Emprego, Formação	12	6,2
Formação	12	6,2
Habitação	2	1
Não aplicável	83	43
Saúde	9	4,7
Saúde, Educação	1	0,5
Saúde, Emprego	1	0,5
Saúde, Emprego, Formação	1	0,5
Saúde, Formação	1	0,5
Total	193	100



Analisando as duas tabelas de frequências, notam-se como significativos os encaminhamentos feitos para emprego, totalizando 119 na tabela dos titulares, o que corresponde a 49% dos requerentes. De igual modo, num universo de 193 indivíduos que fazem parte do agregado familiar, 69 foram encaminhados para emprego (35,7%). Assim sendo, quando retratamos a população adulta, beneficiária da prestação, num total de 436 indivíduos, 188 foram encaminhados para esta área de inserção.

Conclusões:

1. O desemprego surge como a principal problemática ligada às novas formas de pobreza em Portugal.
2. Associada a esta problemática, surgem outras, uma vez que o trabalho é um fator psicológico e socialmente estruturante.
3. As famílias beneficiárias da prestação de RSI, vêem-se condicionadas no acesso ao mercado de trabalho e esse é o principal obstáculo à autonomização da maioria dos agregados.
4. As baixas qualificações continuam a caracterizar esta população, existindo ainda um número significativo de pessoas analfabetas e com o 1º ciclo.
5. Começam a surgir famílias que se traduzem nos designados novos pobres, cujo projeto de vida foi abruptamente alterado, devido a uma situação de desemprego imprevista, mas com altas qualificações académicas.
6. O número de encaminhamentos feitos para a área de inserção do emprego é muito significativa na população adulta acompanhada pela Equipa. Como as respostas são cada vez mais escassas, estes encaminhamentos vão aumentando, sem que haja qualquer alteração significativa.
7. Embora não tenhamos dados significativos, é curioso observar que o número de contratos de trabalho é igual ao número de empregos precários onde se inserem os beneficiários acompanhados na Equipa.
8. Esta breve análise sobre o desemprego permite-nos repensar as formas de atuação da Equipa, e repensar novas estratégias e projetos a desenvolver.
9. Permite-nos identificar dois tipos de população muito concreta que se situam em dois pólos opostos:
 - a. Baixas qualificações - fazendo encaminhamento para alfabetização e RVCC
 - b. Altas qualificações - permitindo-nos encaminhar para uma reciclagem
10. Em ambas as situações a Equipa de Protocolo da Caritas procurou implementar as respostas. Em termos de alfabetização, estão a funcionar duas turmas distintas: uma para famílias de origem romena para iniciação à língua portuguesa e outra para indivíduos de etnia cigana que são o maior número de analfabetos.

No caso de indivíduos com o 12º ano completo ou com habilitações de nível superior, criou-se uma turma que irá ter formação ao nível da criação do próprio emprego, empreendedorismo, coaching, para que se possam abrir possibilidades a um novo projeto de vida.